

VII CONGRESSO LATINO-AMERICANO DE ESTUDOS DO TRABALHO

O Trabalho no século XXI. Mudanças, impactos e perspectivas.

GT 03- Gênero, trabalho, profissões e políticas sociais na América Latina, na atualidade: o que nos aproxima e o que nos distancia?

Título: Trabalho informal no Brasil: heterogêneo e desigual

Autoras:

***Angela Maria Carneiro Araújo* (Doutora - Depto de Ciência Política/
IFCH/UNICAMP- São Paulo/Brasil)**

***Maria Rosa Lombardi* (Doutora - Fundação Carlos Chagas/SEP/DPE- São
Paulo/Brasil)**

Resumo

O artigo discute as características do trabalho informal no Brasil entre 2001 e 2009, as mudanças no perfil dos/as trabalhadores/as nele inseridos/as, bem como procura identificar em que segmentos econômicos e ocupações ocorreram crescimento ou redução da informalidade, em um cenário de crescente formalização do mercado de trabalho. Realizamos um estudo quantitativo com base nas PNADs e uma análise em profundidade do ano de 2009, utilizando dados desagregados por setores econômicos e as variáveis de sexo, raça, idade e escolaridade. A análise revelou que a informalidade aprofundou sua heterogeneidade devido às diferentes posições que nela ocupam trabalhadores e trabalhadoras, com distintos perfis de idade, escolaridade e remuneração. Mostrou também a persistência das chances desiguais que ali têm as mulheres e, em especial, das mulheres negras, quando comparadas aos homens brancos ou mesmo negros.

RESUMO EXPANDIDO

Objeto e Objetivos:

O artigo busca aprofundar a discussão sobre as novas características da informalidade no Brasil nos anos 2000, a partir de uma perspectiva de gênero. O principal objetivo é discutir as características do trabalho informal no Brasil na década de 2000, focalizando as mudanças no perfil dos trabalhadores e trabalhadoras que nele se inserem, bem como os segmentos econômicos e os tipos de ocupação nos quais ocorreu crescimento ou redução na participação de homens e mulheres em um contexto de crescente formalização do trabalho. A intenção é traçar um panorama amplo da informalidade, trabalhando com dados desagregados por setores da indústria, do comércio e dos serviços e com as variáveis de sexo, raça, idade e escolaridade, procurando responder as seguintes questões: quem são trabalhadores e trabalhadoras informais? Em que setores da economia cresce o trabalho informal nos anos 2000, apesar da crescente formalização do emprego? Em que setores e subsetores da economia se inserem as mulheres (brancas e negras) que ingressaram ou se mantiveram na informalidade nessa década? Até que ponto as desigualdades de renda se mantêm para homens e mulheres, brancos e negros na informalidade ?

Metodologia

Para este estudo de caráter quantitativo com base nos Microdados das PNADs do IBGE, consideramos “informais” as seguintes posições na ocupação: trabalhadores domésticos sem carteira, não remunerados, empregados sem carteira assinada, trabalhadores por conta-própria. Excluímos do grupo de informais os trabalhadores na “produção para o próprio consumo” e na “construção para uso próprio”. Não consideramos também os “empregadores com até 5 empregados” como fazem alguns autores que trabalham como tema. No contraponto, entendemos como “formais”, os empregados com carteira assinada, os militares, os funcionários públicos estatutários e os empregados domésticos com carteira assinada. Consideramos o trabalho principal dos ocupados com 10 anos e mais, uma vez que a grande maioria dos ocupados (95%, sem diferença entre os sexos), tinha somente um trabalho na semana de referência, segundo a PNAD 2009. O cruzamento por sexo foi privilegiado nas tabulações. Além do cruzamento de todas as variáveis por sexo, adotamos o princípio de comparar os informais com os formais, buscando semelhanças e diferenças entre esses dois segmentos.

Pretendeu-se analisar a informalidade longitudinalmente, para a primeira década do milênio e, por isso, as primeiras análises se debruçaram sobre a distribuição geral dos ocupados segundo posição na ocupação e sua evolução no tempo. A exploração mais detalhada dos dados foi feita para 2009.

Síntese dos resultados

A ocupação total cresceu 22,8% entre 2001 e 2009, resultando no acréscimo de 17.231.081 ocupados nesse período. O mais forte impulso de crescimento ocorreu entre 2003 e 2004, ano em que diversos estudos demonstram a retomada da atividade econômica de forma mais estável. A análise por sexo demonstra que o crescimento na ocupação se deu principalmente devido à participação da força de trabalho feminina: nos nove anos em análise, a ocupação feminina cresceu 28,6%, enquanto a masculina apenas 18,9%. Em números absolutos, entraram no mercado de trabalho 8 782 054 mulheres e 8 449 027 homens.

O recorte formal/informal referenda, portanto, a importância da reestruturação do mercado de trabalho e do crescimento do emprego formal para ambos os sexos, mais para elas do que para eles. Entre 2001 e 2009, houve um acréscimo de 15.582.537 trabalhadores/as ocupados/as, sendo 12.412.578 no segmento formal e 3.169.959, no informal. Assim, se em 2001, 58,7% dos ocupados trabalhavam no informal e 41,3% no formal, em 2009, as proporções se alteram para patamares muito próximos da paridade, respectivamente, 51,7% e 48,3%.

Por outro lado, mesmo que o segmento informal tenha se expandido muito menos que o formal, mais mulheres do que homens se colocaram em postos de trabalho desprotegidos e vulneráveis, como demonstraram as taxas médias geométricas anuais: - a ocupação total masculina cresceu 2,07% ao ano, 4,34% no formal e 0,26% no informal enquanto a feminina cresceu 3,28% ao ano, 4,99% no formal e 1,91% no informal.

Da perspectiva das mulheres, portanto, pode-se dizer que houve melhoria, na medida em que houve um contínuo acréscimo da parcela feminina absorvida pelo mercado formal. Concomitantemente, a desigualdade de gênero foi reforçada ao se identificar que, mesmo crescendo menos que o formal, o trabalho informal absorveu mais mulheres do que homens. A prova desse movimento de duas direções, aparentemente contraditório, está no crescimento da participação das mulheres entre os empregados sem carteira e entre os não remunerados. Isto significa que, ao aumentar a presença feminina nessas posições, a

dos homens diminuiu. Remarque-se, também, a consolidação do crescimento das conta-própria, segmento sabidamente heterogêneo, em termos de atividades desenvolvidas, remuneração e qualificação dos trabalhadores.

Identificamos que a ocupação informal se concentra em algumas atividades econômicas. Em primeiro lugar, nas atividades agrícolas, seguidas dos serviços domésticos, de outros serviços coletivos, sociais e pessoais (limpeza urbana, atividades recreativas, culturais e serviços pessoais p.ex.), na construção civil, nos serviços de alojamento e alimentação, nas atividades comerciais e de reparação.

Por sexo, algumas diferenças de inserção na informalidade puderam ser identificadas, tomando como parâmetro as posições na ocupação. Nas atividades agrícolas, por exemplo, enquanto a maioria das mulheres é não remunerada, os homens se dividem entre empregados sem carteira e contas-próprias. Nos serviços domésticos, a maioria dos homens e das mulheres é empregada sem carteira. Na construção, eles são prioritariamente contas-próprias e, elas, empregadas sem carteira, enquanto que no comércio, a maior parte trabalha como conta própria, independente do sexo.

Em termos de ocupações e profissões, encontramos a replicação ou reprodução na informalidade da divisão sexual do trabalho observada no mercado de trabalho formal. As maiores concentrações de mulheres observam-se, pela ordem, nos serviços, como escriturárias, secretárias, recepcionistas, trabalhadoras dos serviços domésticos, entre outras. Os ocupados do sexo masculino, por sua vez, estão mais concentrados na indústria e agropecuária, como caldeireiros e serralheiros, marceneiros, condutores e operadores polivalentes e trabalhadores agropecuários em geral, por exemplo.

A distribuição dos ocupados informais segundo tipo de estabelecimento onde era realizado o trabalho acompanha, de modo geral, a distribuição da mão-de-obra pelos locais costumeiros em que as atividades econômicas são realizadas. Mas a distribuição por sexo dentro de cada tipo de estabelecimento permite perceber, com mais clareza, algumas especificidades de inserção de cada sexo no mercado de trabalho. Por exemplo, a importância do serviço doméstico - majoritariamente desenvolvido por mulheres - se revela quando 78% das ocupadas declaram trabalhar no domicílio do/a empregador/a, contra apenas 22% dos ocupados. Ainda, trabalhar em veículos, nas ruas, em atividades de transporte e armazenamento, comércio, entre outras, é nicho de trabalho masculino (94%). Entretanto, se trabalho ambulante realizado em vias ou áreas públicas, sempre foi

atividade majoritariamente masculina, registra-se atualmente 1/3 de ocupadas trabalhando nessas localidades.

Atenção também para os percentuais de ocupados que trabalham no domicílio em que moram: aproximadamente $\frac{3}{4}$ desses trabalhadores são mulheres, desenvolvendo atividades comerciais, industriais e de serviços, sugerindo a presença de processos de terceirização internos a cadeias de produção que se utilizam do trabalho em domicílio, particularmente as indústrias do vestuário e têxtil, como diversos estudos vem mostrando. Os tempos de trabalho dos informais são menos padronizados e mais flexíveis que os observados no segmento formal. O diferencial de gênero reside na maior expressão das mulheres em colocações de jornada reduzida ou meio-período, sobretudo desempenhando funções de trabalhadoras domésticas e como contas-próprias. As mais longas jornadas de trabalho – superiores a 44 horas por semana - verificam-se entre os homens que trabalhavam no setor formal e, principalmente, no informal. Portanto, no que tange à jornada do trabalho na informalidade, duas tendências diversas são enfatizadas, conforme o sexo do trabalhador. A primeira indica o aumento da exploração dos ocupados do sexo masculino pela ampliação da sua jornada e a segunda favorece a inserção, principalmente, de mulheres em trabalhos com jornadas reduzidas, demonstrando a necessidade ainda fortemente presente para as mulheres de conciliarem o trabalho reprodutivo não remunerado com o trabalho produtivo.

No que diz respeito à raça e à escolaridade o perfil do(a) trabalhador(a) no setor informal apresenta algumas especificidades. Em primeiro lugar, o mercado de trabalho formal, em comparação ao informal, congrega mais brancos que negros, e isso é particularmente verdadeiro para as mulheres. Em contrapartida, o informal “é mais negro” (pretos e pardos) e as maiores concentrações de negros, tanto homens como mulheres, estão entre os trabalhadores domésticos. Definitivamente, é no formal que se inserem os(as)trabalhadores(as) mais escolarizados(as): 70% das ocupadas e 53% dos ocupados tinham cursado, no mínimo o ensino médio (no informal, as proporções encontradas foram, respectivamente, 35% e 24%).

Finalmente, nossos dados confirmam que os trabalhadores informais ganham menos que os formais. Os campeões dos baixos níveis de rendimento são as trabalhadoras domésticas, seguidas dos empregados sem carteira de ambos os sexos. Contudo, trabalhar por conta-própria permite melhorar as chances de renda, tanto para homens como para mulheres. Em valores de 2012, os ocupados ganham R\$7,20 por hora nas atividades

formais e R\$ 4,79/hora nas informais, enquanto os homens ganham mais que as mulheres, tanto no informal (R\$ 5,03 e 4,44/hora, respectivamente), como no formal (R\$ 7,54 versus R\$ 6,74). Além disso, os ganhos dos brancos são invariavelmente maiores que os dos negros e indígenas. No entanto, a diferença de rendimento/hora entre homens e mulheres brancos é mais expressiva que a diferença de rendimentos observada entre negros e indígenas dos dois sexos, tanto no formal como no informal. Pode-se levantar a hipótese, nesse caso, que a raça parece influenciar a posição no mercado de trabalho e os rendimentos dela decorrente, mais que o sexo. Até porque nessa equação não se pode deixar de considerar a histórica desvantagem de escolaridade dos negros em relação aos brancos, que apenas começa a ser resgatada atualmente.

Bibliografia:

- Araújo, Angela M. C. “O trabalho flexível e a informalidade reconfigurada” in Roberto V. de Oliveira; Darcilene Gomes; Ivan Targino (orgs) Marchas e contramarchas da informalidade do trabalho: das origens às novas abordagens". Recife, Editora Massangana., 2011
- Araújo, Angela M. C “Informalidade e relações de Gênero” in Isabel Georges e Marcia Leite (orgs), *Novas configurações do trabalho e economia solidária*, São Paulo, Annablume, 2012
- Dedecca, C.S. Setor informal e informalidade no Brasil. *Ciência Hoje*, vol. 39, jan./fev. 2007. (pp. 18-23).
- Krein, J.D. e Proni, M.W. Economia informal: aspectos conceituais e teóricos. Organização Internacional do Trabalho/Escritório no Brasil. *Documento de trabalho n.4. Série Trabalho Decente no Brasil*. Brasília: OIT, 2010.
- Leite, Márcia de P. El trabajo en el Brasil de los años 2000: dos caras de un mismo proceso. *Sociología del trabajo*, v. N 70, p. 25-44, 2011.
- Leone, Eugenia T. O perfil dos trabalhadores e trabalhadoras na economia informal. *Documento de trabalho n.3. Série Trabalho Decente no Brasil*. Brasília: OIT, 2010.
- Lima, J.C.; Soares, M.J.B. Trabalho flexível e o novo informal. *Caderno CRH*. Druck, G. (org.). Dossiê – Trabalho, Flexibilidade e Precarização, Salvador: n. 37, jul-dez/2002. (pp. 163-181).
- Lombardi, M.R. A persistência das desigualdades de gênero no mercado de trabalho. In Costa, A.; Ávila, M. B. de M.; Silva, R. Soares; Ferreira, V. (orgs) *Divisão sexual do trabalho, Estado e crise do capitalismo*. Recife: Edições SOS Corpo, 2010.
- Pérez-Sáinz, Juan P. (1996) *Neoinformalidad en Centroamérica*. San José, Costa Rica: Facultad Latinoamericana de Ciencias Sociales (FLACSO).
- Pinheiro, L. et alli. *Impacto de la crisis sobre las mujeres*. Observatório Brasil da Igualdade de Gênero. Brasília: IPEA; SPM; OIT, 2009.
- Sassen, Saskia. “The demise of Pax Americana and the emergence of informalization as a systemic trend”. In: TABAK, Faruk; CRICHLLOW, Michaeline. *Informalization. Process and structure*. Baltimore/London: The Johns Hopkins University Press, 2000